

Minirreforma trabalhista é positiva, mas não garante vagas, dizem especialistas

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A minirreforma trabalhista proposta em MP (medida provisória) pode incentivar contratações, mas não garante sozinha uma melhora consistente na geração de empregos para jovens e profissionais afastados do mercado. Essa é a avaliação de especialistas consultados pela *Folha*.

O relator da MP que cria o novo programa de redução de salários e jornada, deputado Christino Áureo (PP-RJ), incluiu no texto uma minirreforma com dois programas trabalhistas. São eles o *Priore* (Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego) e o *Requip* (Regime Especial de Qualificação e Inclusão Produtiva). A votação do texto está prevista para agosto.

O primeiro programa contempla medidas similares às apresentadas pelo ministro Paulo Guedes (Economia) na MP da Carteira Verde e Amarela, que perdeu a validade. Pelo novo texto, podem ser contratados por meio do *Priore* jovens de 18 a 29 anos com primeiro registro na carteira de trabalho e pessoas com 55 anos ou mais e que estejam sem vínculo formal de emprego há mais de 12 meses.

Para incentivar contratações, o programa prevê uma redução no recolhimento de FGTS. A intenção é diminuir os custos de admissões para empresas. Em contrapartida, o trabalhador receberia menos na conta do fundo.

Esse tipo de contratação valeria só para novas vagas e seria limitado a 25% do total de empregados de cada negócio. O contrato do *Priore* teria duração máxi-

ma de 24 meses.

Já o *Requip* é um regime de qualificação voltado para pessoas entre 18 anos e 29 anos, desempregadas há mais de dois anos ou beneficiárias de programas federais de transferência de renda.

Para o economista Marcelo Neri, diretor do centro de estudos FGV Social, as medidas apontam para uma “boa direção”, porque miram grupos com dificuldades de inserção no mercado de trabalho. No entanto, a abertura consistente de empregos também dependeria de outros fatores. Entre eles, a recuperação firme da economia, que está associada à vacinação contra a Covid-19.

“Há um norte interessante. Evitar o nem-nem [jovem que não trabalha nem estuda] é bom, mas o país também precisa de um objetivo mais amplo. O processo de aprendizagem é uma grande falha no Brasil.”

Para o economista Ely José de Mattos, professor da Escola de Negócios da PUCRS, a intenção dos programas faz sentido, ainda mais em um contexto de dificuldades no mercado de trabalho. Contudo, a redução no FGTS por si só pode não garantir uma abertura robusta de vagas.

“Claro, o ideal seria não alterar o FGTS, mas a ideia dos programas é razoável. A questão é saber se vamos ter mesmo as contratações”, diz.

Além dos dois novos programas, a MP permite que a redução de jornada e salários seja usada em casos de calamidade. Esse mecanismo foi adotado na pandemia para evitar cortes de vagas.

Professor de direito do Trabalho da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), o advogado Guilher-

me Wunsch frisa que as condições de calamidade precisavam de definição clara para evitar a redução de jornada e salários fora de contexto.

“É preciso ter um critério bem fundamentado”, salienta Wunsch, que também é sócio do escritório Denise Fincato Advogados Associados.

No caso da minirreforma que passou a ser proposta na MP, o professor vê “pontos interessantes”, porque buscariam a inclusão de trabalhadores no mercado.

Bob's terá de indenizar funcionária obrigada a comer lanche

BELO HORIZONTE A rede de fast food Bob's foi condenada a indenizar em R\$ 6.000 por danos morais uma ex-funcionária em Belo Horizonte por obrigá-la a se alimentar com sanduíches da empresa durante o trabalho.

A decisão é da Sétima Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) em Minas Gerais, e cabe recurso.

A ex-funcionária trabalhou em um restaurante da rede entre janeiro de 2010 e agosto de 2019. Segundo o processo, ela era proibida de levar a própria alimentação ao trabalho.

Na avaliação do relator da ação, desembargador Antônio Carlos Rodrigues Filho, ficaram provados atos abusivos e lesivos da empresa.

Conforme depoimentos tomados ao longo do processo, os empregados “não podiam levar comida e, por isso, se alimentavam com a refeição entregue, que era apenas um sanduíche”.

A rede Bob's afirmou em

nota que não comenta casos em aberto na Justiça.

Porém, afirmou que “orienta a todos os seus franqueados a fornecerem acesso ao PAT (Programa de Alimentação ao Trabalhador) aos seus colaboradores com alimentação completa, incluindo salada, arroz, feijão e proteína. Mantendo o sanduíche como opção aos que assim o desejarem”.

Leonardo Augusto



BEm (Benefício Emergencial)

O que é

- Programa emergencial que autoriza suspensão de contrato e redução de jornada e salário de trabalhadores, com compensação a ser paga pelo governo às pessoas afetadas
- Medida pode valer por até quatro meses. Nesse período, trabalhador recebe compensação pela perda de renda
- Ideia é tornar programa permanente para ser usado regionalmente em caso de calamidade

Priore

- Relator incluiu o programa Priore, para jovens de 18 a 29 anos com primeiro registro na carteira de trabalho e pessoas com 55 anos ou mais e que estejam sem vínculo formal de emprego há mais de 12 meses
- Haverá uma redução do recolhimento para o FGTS dos empregados

Requip

- Relator também incluiu o Requip, regime de qualificação profissional com duração de três meses voltado a reduzir os impactos sociais e no mercado de trabalho causados pela Covid-19